

EDUARDO MAFFIA QUEIROZ NOBRE

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Apontamentos sobre a inconstitucionalidade
da improbidade administrativa na modalidade culposa.

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2016



Copyright © 2016 by Eduardo Maffia Queiroz Nobre

Categoria: Direito Constitucional

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Bianca Callado

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

N754i Nobre, Eduardo Maffia Queiroz.

Improbidade administrativa : apontamentos sobre a inconstitucionalidade
da improbidade administrativa na modalidade culposa / Eduardo Maffia
Queiroz Nobre. - Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2016.

160 p. ; 21 cm.

Bibliografia: p. 133-150.

Originalmente apresentada como dissertação do autor (mestrado-Pontifi-
cia Universidade Católica de São Paulo, 2015).

ISBN 978-85-8440-595-4

1. Improbidade administrativa - Brasil. 2. Crime contra a administração
pública - Brasil. 3. Corrupção administrativa - Brasil. 4. Ação de inconsti-
tucionalidade - Brasil. 5. Culpa (Direito) - Brasil. 6. Direito constitucional
- Brasil. I. Título.

CDD - 345.8102323

Sumário

| | |
|--|----|
| 1. Introdução | 1 |
| 2. Improbidade Administrativa | 5 |
| 2.1. Evolução histórica da defesa da probidade..... | 5 |
| 2.2. A Lei nº8.429, de 02 de junho de 1992..... | 11 |
| 2.3. O conceito de improbidade administrativa | 16 |
| 2.3.1. Ilegalidade, imoralidade e improbidade | 18 |
| 2.4. O bem jurídico tutelado..... | 25 |
| 2.5. A natureza jurídica da improbidade administrativa e a gravidade de suas sanções..... | 28 |
| 2.6. A necessidade de avaliação do elemento subjetivo no ato de improbidade..... | 37 |
| 2.7. O sujeito ativo do ato de improbidade, segundo os arts.1º a 3º da Lei nº8.429/92 | 50 |
| 2.7.1. A figura do terceiro beneficiado..... | 54 |
| 2.8. O ato de improbidade, segundo os arts.9º a 11 da Lei nº8.429/92..... | 61 |
| 2.9. Outros instrumentos de proteção da Administração Pública..... | 66 |
| 3. A Improbidade Administrativa por Culpa | 71 |
| 3.1. Entendimentos sobre a culpa na improbidade administrativa | 72 |
| 3.1.1. O cabimento da culpa irrestrita na improbidade administrativa..... | 72 |
| 3.1.2. O cabimento da culpa grave na improbidade administrativa | 78 |

| | |
|---|------------|
| 3.1.3. O descabimento da figura culposa (erro ou excesso legislativo e inconstitucionalidade) | 81 |
| 3.2. A inconstitucionalidade da improbidade administrativa culposa | 89 |
| 3.2.1. Premissas teóricas para a interpretação constitucional..... | 90 |
| 3.2.2. A interpretação no caso em questão..... | 95 |
| 3.2.3. Aplicação da proporcionalidade e da razoabilidade na improbidade administrativa por culpa.... | 98 |
| 3.2.3.1. A necessária diferenciação de atos culposos dos atos dolosos | 102 |
| 3.2.3.2. A aplicação das sub-regras da proporcionalidade | 107 |
| 3.2.3.3. A ofensa ao princípio da razoabilidade (e da proporcionalidade em sentido estrito) na previsão de improbidade administrativa na modalidade culposa | 114 |
| 3.2.4. Aplicação da boa-fé na improbidade administrativa por culpa | 117 |
| 4. Conclusões | 127 |
| Referências | 133 |